



Estado do Maranhão  
Prefeitura Municipal de Igarapé do Meio  
CNPJ nº 01.612.346/0001-03  
Gabinete do Prefeito

## **LEI Nº 308 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020.**

*ESTIMA A RECEITA E FIXA A  
DESPESA DO MUNICÍPIO PARA O  
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2021.*

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPÉ DO MEIO  
APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. Esta Lei estima a Receita do Município para o exercício financeiro de 2021 no montante de R\$ 53.867.150,99 (cinquenta e três milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, cento e cinquenta reais e noventa e nove centavos) e fixa a Despesa em igual valor, compreendendo, nos termos do art. 165, § 5o, da Constituição da República Federativa do Brasil, art. 173, inciso III, da Lei Orgânica do Município Igarapé do Meio e da Lei nº 308 de 30 de junho de 2020, que define as Diretrizes Orçamentárias do Município de Igarapé do Meio para o ano de 2021:

- I - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Municipal direta e indireta;
- II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as entidades, fundos e órgãos da administração direta e indireta a ele vinculados;

### **CAPÍTULO II DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL SEÇÃO I DA ESTIMATIVA DA RECEITA**

Art. 2º. A Receita total foi estimada em R\$ 53.867.150,99 para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, assim distribuída:

<b>DESCRIÇÃO DA RECEITA</b>	<b>VALOR</b>
SUB-TOTAL (exceto intra-orçamentária)	48.951.324,48
SUB-TOTAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.593.905,05
SUB-TOTAL DEDUÇÕES	-3.064.530,15
SUB-TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	6.386.451,61
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>53.867.150,99</b>



Estado do Maranhão  
Prefeitura Municipal de Igarapé do Meio  
CNPJ nº 01.612.346/0001-03  
Gabinete do Prefeito

Parágrafo único: As receitas estimadas para o exercício 2021 estão previstas por fonte de origem de recurso, que se constituem de determinados agrupamentos de naturezas de receitas, atendendo as Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e Normativos da Secretaria do Tesouro Nacional e servem para indicar como são financiadas as despesas orçamentárias, não havendo porém, vedação a substituição, inclusão ou alteração de fonte de recursos durante a execução orçamentária, que deverá ser processada através de Decreto do Executivo.

## **SEÇÃO II DA FIXAÇÃO DA DESPESA**

Art. 3º. A Despesa Orçamentária, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$ 53.867.150,99 (cinquenta e três milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, cento e cinquenta reais e noventa e nove centavos), com o seguinte desdobramento:

I - no Orçamento Fiscal, em R\$ 39.951.895,88 (trinta e nove milhões, novecentos e cinquenta e um mil, oitocentos e noventa e cinco reais e oitenta e oito centavos);

II - no Orçamento da Seguridade Social, em R\$ 13.915.255,11 (treze milhões, novecentos e quinze mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e onze centavos);

## **SEÇÃO III DA DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO**

Art. 4º. A Despesa fixada, à conta de recursos previstos neste Título, observada a programação constante do Detalhamento das Ações, em anexo, apresenta, por unidade orçamentária, o seguinte desdobramento de que trata o quadro a seguir, que integra esta Lei.

<b>DESCRIÇÃO DO ÓRGÃO</b>	<b>FISCAL</b>	<b>SEGURIDADE</b>	<b>TOTAL</b>
CAMARA MUNICIPAL	1.792.955,13	0,00	1.792.955,13
GABINETE DO PREFEITO	537.513,63	0,00	537.513,63
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	2.917.589,81	105.566,89	3.023.156,70
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	9.543.028,72	0,00	9.543.028,72



**Estado do Maranhão**  
**Prefeitura Municipal de Igarapé do Meio**  
**CNPJ nº 01.612.346/0001-03**  
**Gabinete do Prefeito**

FUNDEB	17.980.519,49	0,00	17.980.519,49
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	2.559.053,02	2.559.053,02
FMS	0,00	7.399.576,81	7.399.576,81
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	150.491,27	788.378,89	938.870,16
FMAS	0,00	1.306.384,05	1.306.384,05
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE	2.621.170,23	149.258,23	2.770.428,46
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA FAMILIAR	406.813,18	0,00	406.813,18
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	145.423,31	0,00	145.423,31
SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER	152.872,13	0,00	152.872,13
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DE IGARAPÉ DO MEIO	0,00	1.593.905,03	1.593.905,03
SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA	1.673.708,15	0,00	1.673.708,15
FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA	0,00	13.132,19	13.132,19
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO- FUMHI	14.628,38	0,00	14.628,38
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO- FMD	8.895,50	0,00	8.895,50
SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	109.974,51	0,00	109.974,51
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE	102.443,92	0,00	102.443,92
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	180.574,97	0,00	180.574,97
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	137.348,40	0,00	137.348,40
RESERVA DE CONTINGENCIA	1.475.945,15	0,00	1.475.945,15
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>39.951.895,88</b>	<b>13.915.255,11</b>	<b>53.867.150,99</b>



Estado do Maranhão  
Prefeitura Municipal de Igarapé do Meio  
CNPJ nº 01.612.346/0001-03  
Gabinete do Prefeito

#### **SEÇÃO IV**

### **DA AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES**

Art. 5º. A inclusão ou alteração de categoria econômica e grupo de despesa em projeto, atividade ou operação especial, constantes da Lei Orçamentária e de seus créditos adicionais, será feita mediante abertura de crédito adicional suplementar, por Decreto do Poder Executivo.

Art. 6º. Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares:

I - até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da Despesa fixada nesta Lei para os orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com a finalidade de atender a insuficiências nas dotações orçamentárias consignadas aos grupos de despesas de cada categoria de programação, mediante a utilização de recursos provenientes:

a) da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

b) da Reserva de Contingência;

II - para a incorporação de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III - para a incorporação de excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 7º. Não será contabilizado para efeitos do limite autorizado no art. 6º, inciso I, desta Lei, quando o crédito se destinar a:

I - atender à insuficiência de dotações do grupo Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesa consignada ao mesmo grupo;

II - atender ao pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação de dotações;



Estado do Maranhão  
Prefeitura Municipal de Igarapé do Meio  
CNPJ nº 01.612.346/0001-03  
Gabinete do Prefeito

III - atender às despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito e convênios;

IV - para a incorporação de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

V - incorporar excesso de arrecadação, nos termos do art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

### **CAPÍTULO III DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

Art. 8º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite previsto no inciso III do art. 167 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), podendo oferecer, em garantia, parcelas de Recursos do Tesouro Municipal.

### **CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 9º. Fica o Poder Executivo autorizado a contrair financiamentos com agências nacionais e internacionais oficiais de crédito, para aplicação em investimentos fixados nesta Lei, bem como a oferecer as contragarantias necessárias à obtenção de garantias do Tesouro Nacional para a realização desses financiamentos.

Art. 10. O Chefe do Poder Executivo poderá adotar parâmetros para a utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas de resultado primário, conforme o art. 35 da Lei nº 10.593, de 3 de julho de 2017.

Art. 11. Ficam incorporadas ao Plano Plurianual 2020-2021 as alterações dos títulos descritores dos Programas e Ações, assim como as novas Ações Orçamentárias criadas nesta Lei.

Art. 12. Integram esta Lei os seguintes Anexos:



Estado do Maranhão  
Prefeitura Municipal de Igarapé do Meio  
CNPJ nº 01.612.346/0001-03  
Gabinete do Prefeito

- 01— Demonstrativo da receita e da Despesa segunda Categorias Econômicas;  
02 a — Receitas segundo categorias econômicas ;  
02 b — Consolidação geral por natureza da despesa;  
02 c— Natureza da despesa;  
02 d - Natureza da despesa por órgão e unidade;  
06 – Programa de Trabalho;  
07 – Programa de trabalho do governo;  
08 – Programa de trabalho do governo conforme vínculos;  
09 – Demonstração das despesas por órgãos e funções;  
11 – Orçamento da Seguridade Social.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Igarapé do Meio/MA, em 28 de dezembro de 2020.



**JOSÉ ALMEIDA DE SOUSA**

Prefeito Municipal